



Número: **0850484-25.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **24/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WASHINGTON SILVA DE CARVALHO (AUTOR)		EMANUELL CAVALCANTI DO NASCIMENTO BARBOSA (ADVOGADO) KENNEDY LAFAIETE FERNANDES DIOGENES (ADVOGADO)	
Porto Seguro Vida e Previdência S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
50193 973	24/10/2019 15:35	Petição Inicial, anexa em PDF.	Petição Inicial
50196 179	24/10/2019 15:35	Inicial DPVAT - WASHINGTON SILVA DE CARVALHO	Documento de Comprovação
50196 180	24/10/2019 15:35	13576548 - CARTA DE INDEFERIMENTO - DPVAT	Documento de Comprovação
50196 181	24/10/2019 15:35	DIGITALIZAÇÃO - Washington Silva de Carvalho-otimizado_1	Documento de Comprovação
50196 183	24/10/2019 15:35	DIGITALIZAÇÃO - Washington Silva de Carvalho-otimizado_2	Documento de Comprovação
50197 711	24/10/2019 16:05	Decisão	Decisão

Petição Inicial, anexa em PDF.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO, DE UMA DAS VARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS EM SEGURO DPVAT, DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL,

WASHINGTON SILVA DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 070.754.384-33, e RG sob o nº 002.441.471-SSP/RN, residente e domiciliado no Povoado Amazonas, 14, Parazinho-RN, CEP 59586-000, vem perante este Juízo, mui respeitosamente, através de seus bastantes procuradores *in fine* assinados (**instrumento procuratório em anexo**), no qual aproveitam a oportunidade para desde já informar o endereço para correspondências de estilo, qual seja Rua Doutor Manoel Dantas, nº 484, Petrópolis, Natal/RN, CEP 59.012-270, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em face de **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita do CNPJ nº 58.768.284/0001-40, com filial na Av. Prudente de Moraes, nº 4055, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59020-400, requerendo no final pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:



I. DA INTIMAÇÃO EXCLUSIVA

Nos termos da jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), assim como conforme o Art. 272, § 5º do atual código de ritos, requer-se a publicação exclusiva das intimações em nome do advogado **EMANUELL CAVALCANTI DO NASCIMENTO BARBOSA**, inscrito na **OAB/RN sob o nº 11.641**, sob pena de nulidade.

II. DA JUSTIÇA GRATUITA.

Requer a parte autora, de plano, que seja deferido o pedido de assistência judiciária gratuita, conforme disposto na lei 10.060/50, bem como art. 98 do Código de Ritos Cíveis de 2015, uma vez que não possui condições financeiras de arcar com quaisquer custas, taxas, emolumentos processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento, bem como da sua família. Ademais, repise-se Excelência, a lei 7.115/1983, que deixou de exigir o atestado/Declaração de pobreza, sendo suficiente a declaração do causídico nesta peça proscenial.

III. DOS FATOS.

No dia 22 de outubro de 2017, o requerente pilotava sua motocicleta quando colidiu com um animal que estava na pista. Logo após o acidente, o autor foi socorrido e conduzido ao hospital mais próximo, consoante se depreende laudo médico acostado.

Devido a esta fatalidade, o autor foi acometido por uma grave lesão na boca. Mesmo após ser submetido a tratamento clínico, cirúrgico e reabilitação, hodiernamente é afetado por uma **incapacidade parcial incompleta em caráter permanente**.



Importante repisar que a lesão acima descrita, em que pese sua parcialidade, **resultou em sequelas como limitação da capacidade motora e sensorial da perna direita, impossibilitando-o de fazer quaisquer atividades que demandem esforço físico**, gerando uma incapacidade para as ocupações habituais, uma vez que limitou as suas perspectivas de crescimento pessoal, bem como seu bem-estar físico e psicológico.

Ocorre que, ao pleitear o seguro DPVAT administrativamente, a parte demandante **NÃO** teve reconhecida a incapacidade permanente, de natureza parcial e incompleta.

Entretanto, a invalidez acometida na Parte Autora revela-se muito superior ao que foi reconhecido e pago pela parte Demandada, **haja vista se tratar de lesão de grau máximo no indigitado membro**.

Assim sendo, vem, a parte demandante, buscar, anelante, a proteção jurisdicional do Estado-Juiz, com fito de resguardar aquilo que lhe é de direito, pleiteando JUSTIÇA, simplesmente JUSTIÇA!

IV. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS - SEGURO DPVAT:

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, instituído pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pelas Leis nº 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, como política de Estado para indenizar às vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres, sendo obrigatório.

Como é cediço, a Lei do DPVAT, em seu art. 3º, alterada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, prevê três tipos de cobertura, desde que haja vitimização em acidente envolvendo veículos automotores de via terrestre ou por cargas



transportadas por esses veículos, quais sejam morte; incapacidade permanente e DAM's – despesas de assistência médica e suplementares, que reembolsa despesas tidas com médicos, medicamentos e hospitais no atendimento urgencial/emergencial do acidentado, desde que devidamente comprovadas.

Na hipótese de indenização por incapacidade permanente, que é o caso da parte demandante, o inciso II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 (esta Lei ratificou as alterações dadas pela Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008), o legislador dividiu-a em incapacidade permanente total, parcial completa e parcial incompleta, remetendo sua indenização a regras e valores estabelecidos por tabela integrante da Lei, que a escalonou de acordo com cada lesão, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).



I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

A tabela mencionada no artigo anterior, a qual escalonou a indenização do DPVAT, é dividida em três partes: a primeira, dedicada aos Danos Corporais Totais, referente às incapacidades permanentes parciais completas; a segunda, aos Danos Corporais Segmentares Parciais; e a terceira, voltada para os Danos Corporais em órgãos e outras estruturas.

Entretanto, conforme narrado ao norte desta peça, a Seguradora realizou o enquadramento da invalidez do Demandante na referida Tabela de maneira equivocada, tendo a Parte Autora percebido valor menor do que o previsto na Tabela, em função do grau máximo de lesão no referido membro.

É que o Autor deveria ter recebido o valor referente à perda funcional completa do membro, tendo em vista a gravidade da lesão sofrida, entretanto, a Seguradora pagou-lhe numerário muito abaixo do que lhe é de direito.



V. DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NOS TERMOS DO ART. 85, § 8º

Narra o art. 85, §8º do novo diploma processual cível que o juízo deve se abster de condenar em honorários sucumbencias aviltantes em deferência à advocacia, senão vejamos:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Não é uma possibilidade, é um comando normativo.

Desse modo, considerando que a condenação seja eventualmente baixa, a porcentagem, mesmo que em 20%, ainda poderá acarretar arbitramento aviltante, devendo-se, pois, aplicar o parágrafo oitavo para arbitrar valor digno.



Nesse sentido, já decidiam as varas cíveis não especializadas, senão vejamos:

Ante o exposto, com base nos dispositivos legais citados, julgo procedente em parte o pedido para condenar a ré no valor de R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais), acrescido da correção monetária pelo IPCA a partir da data do evento e juros legais simples de 1% ao mês a partir da citação. Tendo em vista a sucumbência recíproca, uma vez que o autor postulou indenização de R\$ 12.150,00 (doze mil, cento e cinquenta reais), condeno ambas as partes no pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), na forma do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, imputando 90% (noventa por cento) em desfavor do promovente e 10% (dez por cento) em desfavor da promovida. Processo 0102113-12.2014.8.20.0001

Ante o exposto, com base nos dispositivos legais citados, rejeito as preliminares arguidas em defesa e julgo procedente em parte o pedido para condenar a ré no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), acrescido da correção monetária pelo IPCA a partir da data do evento e juros legais simples de 1% ao mês a partir da citação. Tendo em vista a sucumbência recíproca, uma vez que o autor postulou indenização de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), condeno ambas as partes no pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), na forma do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, imputando 90% (noventa por cento) em desfavor do



promovente e 10% (dez por cento) em desfavor da promovida. Proc.: 0150430-75.2013.8.20.0001.

VI. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS:

Por tudo que foi exposto, vem a Parte Autora requerer de Vossa Excelência:

a) Que seja atendido o pedido de intimação exclusiva em nome de **Emanuell Cavalcanti do Nascimento Barbosa**, inscrito na **OAB/RN sob o nº 11.641**, sob pena de nulidade.

b) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50, com alterações determinadas pela Lei nº 7.510/86, bem como art. 98 do Código de Ritos Cíveis de 2015, haja vista que a Parte Autora não tem condições de arcar com as despesas processuais;

c) A citação do réu para apresentar defesa e feitura de perícia médica no mesmo ato, **uma vez que nos casos DPVAT a audiência conciliatória prévia sem perícia é ato inócuo**;

d) A produção de Prova Pericial Técnica para que se apure o real grau de invalidez acometido na Parte Autora;

e) Que seja o réu condenado a pagar a indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial permanente, *in casu*, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) e ainda, a cominação dos honorários advocatícios sucumbenciais nos termos do art. 85. §8º do CPC/2015;



Protesta, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em Direito admitidas, notadamente a documental e pericial.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos).

Termos em que
Pede deferimento.

Natal/RN, 24 de outubro de 2019.

EMANUELL CAVALCANTI DO N. BARBOSA

Advogado OAB/RN 11.641

KENNEDY LAFAIETE FERNANDES DIÓGENES

Advogado OAB/RN 5.786



Rio de Janeiro, 09 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

Nº Sinistro: 3180286997

Vítima: WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

Data do Acidente: 22/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180286997**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **22/10/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site www.seguradoralider.com.br, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00467/00468 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13576548



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

Nacionalidade Brasileiro, Est. Civil

CPF nº 070.754.384-33 RG Nº 002441741, Tel. 98725-4538

Endereço: PO. Amazonia Nº 14 - Paredão - RN
; Cep.: 59586-000

E-mail.: _____

OUTORGADOS: **KENNEDY LAFAIETE FERNANDES DIÓGENES**, brasileiro, casado, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 5786, **DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES**, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 5983, **RAPHAEL GURGEL MARINHO FERNANDES**, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 7864, **ALUÍZIO HENRIQUE DUTRA DE ALMEIDA FILHO**, brasileiro, casado, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 6263, e **SANDERSON LIÊNIO DA SILVA MAFRA**, brasileiro, casado, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 9249, **EMANUELL CAVALCANTI DO NASCIMENTO BARBOSA**, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/RN 11.641, **MONICK EZEQUIEL CHAVES DE SOUSA**, brasileira, casada, Advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 11.746, **BRENO HENRIQUE SILVA DE CARVALHO**, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 13.056, **RHANNA CRISTINA UMBELINO DIÓGENES**, brasileira, solteira, Advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 13.273, todos associados do Escritório **DIÓGENES, MARINHO E DUTRA ADVOGADOS**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.767.120/0001-20, inscrita na OAB sob o nº 225, com sede na R. Dr. Manoel Dantas, nº 484, Petrópolis, Natal/RN, CEP. 59.012-270, Fone (84) 3221-4144, para onde devem ser encaminhadas às comunicações de praxe.

PODERES: Todos os poderes constantes da cláusula "*ad judicium et extra*" para o foro em geral e processos administrativos, podendo em qualquer juízo, instância ou tribunal, justiça especial, comum, federal, pequenas causas, em conjunto ou separadamente, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, até o final da decisão, interpondo caso necessário e por convicção os recursos, meios, institutos e remédios jurídicos permitidos em lei, conferindo-lhes ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive o de levantar alvará judicial e saca-lo junto ao Banco do Brasil, além de praticar atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda substabelecer a presente em outras de igual teor e validade, a quem lhes convier, com ou sem reserva de iguais poder.

HONORÁRIOS: Fica justo e acordado que o OUTORGANTE pagará aos OUTORGADOS, a título de honorários advocatícios, o percentual de **30% (trinta por cento)** sobre o valor da condenação e/ou acordo, acrescidos de todos os consectários legais, se houver, autorizando desde já, sua retenção no momento da quitação.

Natal/RN, 19 de Maio de 2019.

WASHINGTON SILVA DE CARVALHO



VIA 1 M 1

002.775.471

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

ANSELMO JOSE PEDRO DE CARVALHO

ZILMA SILVA DE CARVALHO

NATURALIDADE: PÉDRA GRANDE RN DATA DE NASCIMENTO: 27/11/1986

CPF: 00007 F-216 RG: 004613

PARAZINHO RN CARTÃO

131101

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: WASHINGTON DA SILVA DE CARVALHO

DATA DE NASCIMENTO: 27/11/1986 Nº INSCRIÇÃO: 024470841835 ZONA: 10 SEÇÃO: 113

PARAZINHO RN DATA DE EMISSÃO: 26/09/2003

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
070.754.384-33

Nome
WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

Nascimento
27/11/1986

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


210100022003N00001012

POLEGAR DIREITO

WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

CÓDIGO DE CONTROLE
3AE6.E9A0.0A59.B98A



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 14:57:34 do dia 07/07/2017 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

PROTOCOLO
RECEBIDO
21 JUN 2018
TERRA DO SOLADIM
E CORRETORA DE DECS

WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

Data Nasc.: 27/11/1986 Sexo: M

700 5029 8630 6853



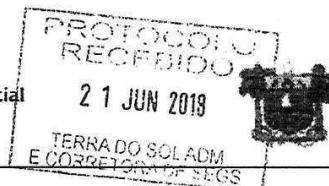
VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SUS





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA
Endereço: RUA JOAQUIM ROGÉRIO, 278, DNER, SANTA CRUZ

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018183000232

1.2 Data de Expedição: 10/05/2018 12:02:34

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 22/10/2017 20:00:00

2.2 Autoria: Conhecida

2.3 Fato: Consumado

2.4 Flagrante: Não

2.5 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Via Pública

2.8 Número: 00

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: BAIRRO

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.7 Logradouro: RN QUE LIGA JOAO CAMARA A PARAZINHO

2.9 CEP:

2.11 Ponto de Referência:

2.13 Cidade: JOÃO CÂMARA

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.3 Nome Social:

3.4 Pai: ANCELMO JOSE PEDRO DE CARVALHO

3.5 Etnia: Sem Informação

3.6 Mãe: ZILMA SILVA DE CARVALHO

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 Orientação Sexual:

3.9 CPF:

3.10 Identidade de Gênero:

3.11 Nacionalidade:

3.12 Data de Nascimento: 27/11/1986

3.13 Profissão: AGRICULTOR

3.14 RG: 002441471 - ITEP/RN

3.15 Telefone(s):

3.16 Passaporte:

3.17 Número: 01

3.18 Naturalidade: PEDRA GRANDE RN

3.19 Bairro: ZONA RURAL

3.20 E-Mail:

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.22 Logradouro: POVOADO AMAZONAS

3.23 Cidade: PARAZINHO

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.2 Seguradora:

7.1.3 Chassi:

7.1.4 Renavam:

7.1.5 Placa: NKK2391

7.1.6 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

7.1.7 Marca: HONDA

7.1.8 Modelo: CG150 TITAN

7.1.9 Ano do Modelo: 2010

7.1.10 Ano de Fabricação: 2010

7.1.11 Cor do veículo: PRETA

7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.14 Número do Motor:

7.1.15 Nome do proprietário: FERNANDO ANDRE DA SILVA

7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

7.1.17 Nome do condutor: WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

7.1.18 Observações:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE AFIRMA QUE ESTAVA NA RN QUE LIGA JOAO CAMARA A PARAZINHO, indo em direção a PARAZINHO, QUE, UM ANIMAL ESTAVA NO MEIO DA PISTA E O COMUNICANTE ACABOU COLIDINDO C/ ELE, QUE, AO CAIR, BATEU COM A CABEÇA E DESMAIOU, QUE, FOI SOCORRIDO POR PESSOAS QUE ESTAVAM PASSANDO NO LOCAL, QUE, FOI ATENDIDO NO HOSPITAL DE PARAZINHO E EM SEGUIDA, ENCAMINHADO ATE O HOSPITAL WALFREDO GURGEL, QUE, TEVE FERIMENTO NO ROSTO E A LINGA FOI CORTADA, TENDO QUE SE SUBMETER A CIRURGIA. NADA MAIS DISSE.

9.2 Informações do CIOSP

9.3 Outras Providências

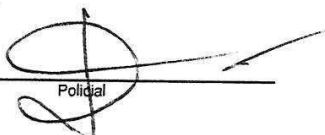
O CONDUTOR NAO É HABILITADO

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

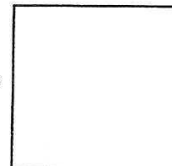
11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 10/05/2018 12:02:34


Policial


Interessado



Polegar direito

Atendimento: 2072858 - DANIELLE SILVA DE ARAUJO FERREIRA

Impresso por: 2072858 - DANIELLE SILVA DE ARAUJO FERREIRA em 10/05/2018 12:02:41

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Protocolo: J2018183000232 - Código de autenticação: 59c9b50dc64b0d91d07b276955564309

Página 1 1



Dados do Veículo de placa MYF1036 Em 04/04/2018 09:41:46

Placa	Renavam	Placa Anterior	Tip	Categoria	Espécie	Lugares
MYF1036	783437544	MYF1036/RN	4-MOTOCICLETA	1-Particular	1-Passageiro	2
Marca/Modelo	Fab/Hençao/Modelo	Potência	Combustível	Cor	Carroceria	
019101-HONDA/XR 200R(Nacional)	2002/2002	0	2-Gasolina	15-VERMELHA	999-NAO APLICAVEL	
Nome do Proprietário				Recadastrado DETRAN		
JULY RANIELLI ANTÃO DA SILVA				DetranNet		
Proprietário Anterior				Situação Lacre		
CHARLES KELLY MENDES FERNANDES				REGULAR modelo antigo		
Município de Emplacamento				Adquirido em Situação		
NATAL				12/05/2007 Em Circulação		
Restrição à Venda				Carnê de Licenciamento 2018		
Sem gravame				Ainda não gerado		
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame						
Nenhuma informação pendente até esta data						
Impedimentos						
Nenhum impedimento registrado até esta data						
Listagem de Débitos						
Infrações em Autuação						
Nenhuma Notificação de Autuação realizada para este veículo até o momento.						
Listagem de Multas						
Nenhuma multa em aberto cadastrada para este veículo até o momento.						
Último Processo						
Recurso de Infração						
Nenhuma Processo de Recurso de Infração cadastrado para este veículo até o momento.						
Histórico de Impedimentos						
Nenhum impedimento cadastrado para este veículo.						

**Não Possui valor como
NADA CONSTA !**

Voltar

PROTOCOLADO
RECEBIDO
09 ABR 2018
TERRA DO SOL ADM.
E CORRETORA DE SEGS.





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Marmoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
JOSE JERONIMO DA COSTA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
PO AMAZONAS 14

CPF 048 675 184-84 NIS 13001801645

AMAZONAS/AREA RURAL
PARAZINHO RN
59586-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO 0851901779 01/2018

DATA DE VENCIMENTO 15/01/2018 106/02/2018

Nº DA NOTA FISCAL 000370649

APRESENTAÇÃO Nº DO CLIENTE Nº DA INSTALAÇÃO
08/01/2018 3000707186 1121386

TOTAL A PAGAR (R\$) 71.53

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,18308627	5,49
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,31397833	21,97
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	74,0000000	0,47081898	34,94
Acrescimo Bandeira VERMELHA			3,41
ICMS-Parcela Subvencionada			5,82

PROTOCOLADO
RECEBIDO
21 JUN 2018
TERRA DO SOL ADM
E CORRETORA DE SEGS



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o **SAC DPVAT** 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWES/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu GEORGE MUNIZ DE SOUZA inscrito (a) no CPF/CNPJ 013.139.704/01, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário ALEX GUILIANO GUSMÃO DA SILVA inscrito (a) no CPF sob o Nº 022.840.663/21 do sinistro de DPVAT cobertura TIAM da Vítima ALEX GUILIANO GUSMÃO DA SILVA inscrito (a) no CPF sob o Nº 022.840.663/21, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
R. SRA. SENEZENA APARECIDA		864	CASA
Bairro	Cidade	Estado	CEP
CIDADE ALTA	NATAL	RN	59.025-750
E-mail		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular (DDD)

NATAL 15 de 06 de 2018
Local e Data

X George Muniz de Souza
Assinatura do Declarante

DL0RL001 V003/2017

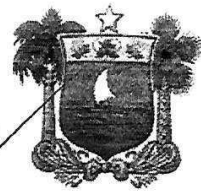




SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLOVIS SARINHO

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 50754 /2017

Admissão: 22/10/2017 00:36:13



CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 44901 - WASHINGTON SILVA DE CARVALHO (30 a 10 m 25 d)

Nascimento: 27/11/1986

Natural: PEDRA GRANDE, BRASIL

CNS: 700502986306853

CPF:

Sexo: M Cor: PARD

Mãe: ZILMA SILVA DE CARVALHO

Pai:

Logradouro: ACENTAMENTO AMAZONAS, 14

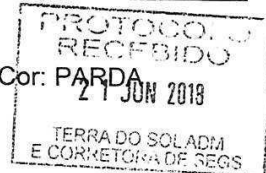
CEP: 59586000

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: PARAZINHO

Telefone: 84.987414292

Compl:



Motivo: MOTO - QUEDA

Tipor: REFERENCIADO

Origem: AMBUL. INTERIOR

Endereço:

Fluxograma:

Discriminador:

OBS:

Classificação: 22/10/2017 00:24:43

HORA	P.A.	HGT	MA	SA	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS
			MA	SA					

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: AC DE MOTO/TRAUMA EM FACE

Idade: _____

Vítima de acidente de motocicleta.
Consultar a mãe, não utilizar a criança.
Apresenta uso de bebida alcoólica

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

VAR NENHUMA CIVIL

NASCIMENTO

ESQUERDA

GURBOW

ESQUERDA NA FRENTE, FEE NA LINGUA

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Agua suada, 1 - 200

Núcleo Hospitalar de Epidemiologia

23/10/17

Idade: -

George Brasil
Téc. Radiologia
CRM: 00851

22/10/17 00:33
Ponte e Zeno

AGNÓSTICO INICIAL - CID

Gerado via SX por JOSE DOS SANTOS OLIVEIRA. Impresso em 22 de Outubro de 2017.



EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A (ALERGIAS): NSB

M (MEDICAÇÃO EM USO):

P (PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS):

L (LÍQ E ALIMENTOS INGERIDOS)

A (AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA):

V (PASSADO VACINAL): VAC. ATUALIZADA (S.C.)

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)***

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1:

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 2:

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 3:

HORA:

DATA:

Abires de Almeida Júnior
CRM-3144

MÉDICO (CARIMBO)

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2:

Luco Kassel

ANAMNESE

Prontidão e Reforço em Tratamento

EXAME FÍSICO

Prontidão e Reforço em Tratamento

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Prontidão e Reforço em Tratamento

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

LABORATÓRIO

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

Prontidão e Reforço em Tratamento

ORT

Dr. Haroldo de Ara
Cirurgia e Traumatologia
Belo Horizonte - CRM 1229

Assinatura e Carimbo do Responsável

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / / HORA:

SAÍDA:

DATA: 02/10/17 HORA: 02:40

Decisão Médica ☒ À Revelia ☐ Transferido para:

ÓBITO: DATA: / / HORA:

Entregue à família com Atestado ☐ I.T.E.P. ☐

Dr. Haroldo de Ara
Cirurgia e Traumatologia
Belo Horizonte - CRM 1229

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / / HORA:

SAÍDA:

DATA: / / HORA:

Decisão Médica ☐ À Revelia ☐ Transferido para:

ÓBITO: DATA: / / HORA:

Entregue à família com Atestado ☐ S.V.O. ☐ I.T.E.P. ☐

DESTACAR





Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Parazinho
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE
Rua Vice-Prefeito Eronides Teixeira da Silva, Nº 122 - Centro
CNPJ: 11.959.203/0001-26 Fone: (84) 3697-0031
email: smsparazinhorn@hotmail.com



Receituário

Washington Lhae de Carvalho

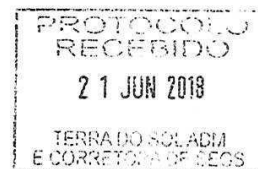
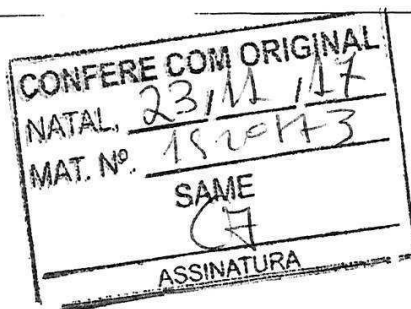
Antecedente paciente supracitado, 33 anos
de idade vítima de queda de moto
há 1 hora apresentando lesões de contusão
no tórax e lesões em língua após o trauma.
Paciente estável hemodinamicamente. Para
de necessidade de avaliação de imagem
braço - membro - punho - Paciente referido
com Dr. Vários

Gloriano Mano M. de Lima
Médico
CRM-RN 9187

Data: 21/10/19

Médico

Combater a DENGUE, é um dever meu, seu e de TODOS !



PEREIRA'S



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO MUNICIPAL DE PARAZINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Vice-Prefeito Eronides Teixeira da Silva, 122
Centro - CNPJ - (MF) 11.959.203/0001-26
Fone: (84) 3697-0031 - e-mail: smsparazinho@rn.gov.br



RECEITUÁRIO

Washington Silva de Carvalho

Detestado ofício

Paciente de 32 anos, que
sofreu acidente de moto
o dia 23/10/19, provocando
lesões na cavidade oral
(mucosa, gengiva e língua),
pelo que tem sequelas
na fala.

Data: 10/10/19

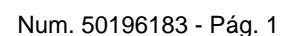
Ilana Pimentes Barros
CPF: 081.067.971-95
RMB 2400290

Médico

Rua Prefeito Artur Moraes, s/n - Unidade Integrada de Saúde



PROTÓCOLO
RECORRIDO
21 JUN 2018
TERRA DO SOLADM
E CORNETORIA DE SEGS





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0850484-25.2019.8.20.5001

AUTOR: WASHINGTON SILVA DE CARVALHO

RÉU: PORTO SEGURO VIDA E PREVIDENCIA S/A

DECISÃO

Vistos,

Considerando o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos da petição inicial, bem como o atendimento às condições da ação, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, recebo a inicial.

Haja vista a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Com efeito, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.



Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

P. I. Cumpra-se.

Natal, 24 de outubro de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

